

**ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE,
DA COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES LEOPOLDINA**

Pelo presente instrumento particular,

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES LEOPOLDINA, sociedade por ações com sede na Praça Rui Barbosa, 80, na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 19.527.639/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada “Emissora”);

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade por ações com sede na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas (os “Debenturistas”) adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (individualmente, a “Debênture” e coletivamente as “Debêntures”), neste ato representada na forma de seu contrato social (o “Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de acionistas controladoras da Emissora,

GIPAR S.A., sociedade por ações com sede na Av. Presidente Vargas, 463 - 4º andar (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 02.260.956/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“GIPAR”); e

ITACATU S.A., sociedade por ações com sede na Praça Rui Barbosa, 80, 1º andar parte, na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 23.160.658/0001-66, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ITACATU”),

vêm, na melhor forma de direito, firmar a presente “Escritura Particular da 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Flutuante, da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina” (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) realizada em 15 de maio de 2003 e das Reuniões do Conselho de Administração (“RCAs”) da Emissora, realizadas em 15 de maio e 10 de julho de 2003.

1.2. Nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, alterada pelas Leis nºs 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303 de 31 de outubro de 2001 (a “Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas, conforme deliberação tomada pela AGE, delegaram ao Conselho de Administração da Emissora, poderes para:

- (i) deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de qualquer uma das Séries de que tratam os incisos VI a VIII do referido Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) propor à Assembléia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), em nome da Emissora, alterações que julgar necessárias com relação às características das Debêntures de qualquer uma das Séries, constantes desta Escritura, observadas as disposições legais aplicáveis; e
- (iii) aprovar o cancelamento, se e quando necessário, das Debêntures de qualquer uma das Séries que não forem subscritas ou que se encontrem em tesouraria.

CLÁUSULA II
REQUISITOS

Esta 6ª emissão pública das Debêntures (a “Emissão”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A oferta pública das Debêntures será registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e das RCAs

As atas da AGE e das RCAs que deliberaram sobre a Emissão foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob os nºs 2943564, 2948025 e 2963019, em 22 de maio, 3 de junho e 11 de julho de 2003. A AGE foi publicada em 27 e 28 de maio de 2003, nos jornais “Gazeta Mercantil”, Edição Nacional e “Minas Gerais”, respectivamente. Ambas as RCAs foram publicadas em 15 e 16 de julho de 2003, também nos jornais “Gazeta Mercantil”, Edição Nacional e “Minas Gerais”, respectivamente.

2.3. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, conforme disposto no Artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Constituição e Registro das Garantias

2.4.1. Até a data de concessão do registro da Emissão pela CVM, o penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF de titularidade da Emissora deverá ter sido constituído e registrado no respectivo livro de registro de ações daquela companhia.

2.4.2. Além do disposto acima, também até a data de concessão do registro da Emissão pela CVM, os Documentos de Garantia (conforme definido no item 5.1.4, abaixo), deverão ser registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos conforme segue:

- (i) Contrato de Penhor de Ações (conforme definido abaixo) - Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Cataguases e Rio de Janeiro, Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente; e
- (ii) Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças (conforme definido abaixo) - Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Cataguases e Rio de Janeiro, Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")

A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002.

2.6. Registro da Negociação

As Debêntures de ambas as Séries terão registro para negociação no mercado primário junto ao Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no mercado secundário junto ao (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (o "BOVESPA FIX"), sendo custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto a atuação na indústria de energia elétrica para diferentes aplicações, a prestação de serviços a terceiros e a fabricação e venda de peças e materiais de sua atividade social e de setores de grande utilização de eletricidade. A Emissora também pode participar do capital social de outras empresas, bem como adquirir títulos no mercado de capitais.

3.2. Número da Emissão

A emissão objeto desta Escritura é a 6ª emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão aplicados para amortização de suas dívidas que vencerão no decorrer do ano de 2003 e para formação de capital de giro da Emissora, conforme a tabela abaixo:

| Fontes | Valor (R\$) | % |
|---|----------------|-----|
| Emissão de debêntures simples, com garantia flutuante | 130.000.000,00 | 100 |

| Usos | Valor (R\$) | % |
|---|-----------------------|------------|
| Pagamento de créditos que Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Schahin S.A., Banco Rural S.A., Banco Itaú S.A. e/ou Banco Santos S.A., detenham perante a Emissora, observado o disposto no item 4.4.1, abaixo. | 95.000.000,00 | 73 |
| Pagamentos de Outras Obrigações da Emissora de Curto Prazo | 30.000.000,00 | 23 |
| Capital de Giro | 5.000.000,00 | 4 |
| Total | 130.000.000,00 | 100 |

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

As Debêntures serão objeto de distribuição pública primária, sob regime de melhores esforços de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição

previsto no Artigo nº 33 da Instrução CVM nº 13 de 30 de setembro de 1980. Serão atendidos, preferencialmente, os clientes dos respectivos coordenadores da Emissão e de eventuais instituições financeiras subcontratadas por esses coordenadores, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de emissão pela CVM, da publicação do anúncio de início de distribuição e da disponibilização do respectivo Prospecto (conforme abaixo definido) aos investidores.

3.6. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures de qualquer uma das Séries será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.1.5, abaixo (o “Extrato do Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures de qualquer uma das Séries, o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista (o “Extrato do SND” e o “Extrato CBLC”, conjuntamente com o Extrato do Banco Mandatário e Escriturador, simplesmente o “Extrato”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures de ambas as Séries será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (o “Valor Nominal Unitário”), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.1.2. Quantidade Total de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 130 (cento e trinta) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em 02 (duas) Séries (conjuntamente as “Séries” e, individualmente, “Série”), com as características específicas descritas nesta Cláusula IV, sendo a 1ª Série no valor de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) e a 2ª Série no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

4.1.4. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data da emissão das Debêntures de ambas as Séries será o dia 15 de julho de 2003 (a “Data de Emissão”).

4.1.5. Tipo, Forma e Conversibilidade: As Debêntures de ambas as Séries da Emissão serão escriturais e nominativas, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. O Banco Itaú S.A. prestará os serviços de escrituração das Debêntures e também de banco mandatário (o “Banco Mandatário e Escriturador”).

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, gozando as Debêntures de ambas as Séries de privilégio geral sobre os ativos da Emissora. O limite disposto no artigo 60, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações foi respeitado conforme tabela abaixo:

| | (R\$) |
|---|----------------|
| Valor Contábil dos Ativos da Emissora (*) | 852.449.000,00 |
| Limite - 70% do Valor Contábil dos Ativos da Emissora, diminuído do montante de suas dívidas garantidas por direitos reais (valor máximo da emissão com garantia flutuante) | 263.610.300,00 |
| Valor da Emissão | 130.000.000,00 |

(*) Com base no balanço auditado da Emissora de 31 de dezembro de 2002.

4.1.7. Vencimento: O prazo de vigência das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis meses) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 15 de julho de 2006. O prazo de vigência das Debêntures da 2ª Série será de 54 (cinquenta e quatro) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 15 de janeiro 2008.

4.1.8. Mecanismo Alternativo de Pagamento: Na hipótese de inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas nesta Escritura, as Debêntures de ambas as Séries poderão ser utilizadas para dação em pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica da Emissora, nos termos das Cláusulas VIII e IX, sem prejuízo dos demais direitos e prerrogativas dos Debenturistas previstos nesta Escritura, e a exclusivo critério destes.

4.2. Remuneração: A partir da Data de Emissão, as Debêntures de ambas as Séries farão jus a uma remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, *over extra-grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada “Taxa DI”, capitalizada de uma taxa de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (a título de *spread*), calculada com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento da Remuneração imediatamente anterior, e paga ao final de Cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \{VNe \times [(Fator DI \times Fator Spread) - 1]\}$$

onde,

R = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário Não Amortizado para o Primeiro Período de Capitalização das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário para os demais Períodos de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{FM}{100} \right) \right]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

FM = Fator Multiplicador aplicado sobre a Taxa DI Over, neste caso igual a 100 (cem);

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{252}} \right\}$$

onde,

spread = 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) ao ano;

N = 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias;

n = é o número de dias úteis entre a data do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), inclusive, e a data atual, ~~exclusive~~, sendo " n " um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.1. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pelo CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.2.2. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada pela CETIP, por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinta ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro que vier a ser determinado por lei, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, convocar Assembléia Geral de Debenturistas (que se realizará na forma e prazos estipulados nesta Escritura), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Esse novo parâmetro de remuneração das Debêntures será aplicável inclusive no período compreendido entre a data da última divulgação da Taxa DI e a data da aludida Assembléia.

4.2.3. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação da presente Emissão, as Debêntures de cada uma das Séries deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração (aplicando-se a última Taxa DI divulgada), calculada *pro rata temporis*, a partir da data da última divulgação da Taxa DI (inclusive) até a data do efetivo resgate (exclusive). O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.2.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira data de pagamento da Remuneração. Para os demais Períodos de Capitalização, significa o intervalo de tempo que se inicia em uma data de pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à data do início do próximo Período de Capitalização.

4.3. Incremento da Remuneração.

4.3.1. Caso a Emissora não cumpra com qualquer das obrigações mencionadas no item 7.2., abaixo ("Inadimplemento de Índice Financeiro"), ocorrerá, automaticamente (exceto conforme previsto no item 4.3.2. abaixo), a partir da data de encerramento do trimestre a que se refere as Informações Trimestrais (ITR) da Emissora por meio das quais foi verificado o Inadimplemento de Índice Financeiro ("Data de Inadimplemento"),

dos Índices Financeiros”), independentemente de comunicação à Emissora, o aumento do *spread* utilizado para cálculo da Remuneração (definido no item 4.2. acima) em 1% (um por cento), passando a vigorar desde a Data de Inadimplemento dos Índices Financeiros com a taxa total equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa Diária, capitalizada por um *spread* de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias, calculada *pro rata temporis*.

4.3.2. A Emissora deverá sanar, no trimestre imediatamente subsequente à Data de Inadimplemento dos Índices Financeiros, o Inadimplemento de Índice Financeiro verificado. O aumento do *spread* previsto no item 4.3.1. acima não será aplicado caso a Emissora venha a sanar, no prazo estipulado neste item 4.3.2., o Inadimplemento de Índice Financeiro verificado, mediante a devida comprovação perante o Agente Fiduciário.

4.3.3. Transcorrido o prazo mencionado no item 4.3.2. acima, sem que a Emissora tenha sanado o Inadimplemento de Índice Financeiro, será concedido à Emissora um trimestre adicional a partir da data de encerramento do prazo referido no item 4.3.2. Nesta hipótese, incidirá sobre a Remuneração a nova taxa de *spread* referida no item 4.3.1. supra, que deverá ser calculada e aplicada desde a Data de Inadimplemento dos Índices Financeiros, exclusive.

4.3.4. Os valores acumulados referentes ao incremento da Remuneração, aqui previsto, devidos com relação ao período entre a Data de Inadimplemento dos Índices Financeiros e a data do efetivo pagamento desses valores, calculados de forma *pro rata* desde a Data de Inadimplemento dos Índices Financeiros, deverão ser pagos, pela Emissora na data de pagamento de Remuneração imediatamente posterior ao prazo para divulgação das Informações Trimestrais (ITR), conforme previsto no item 7.2.1. abaixo. Os demais pagamentos relativos ao incremento da Remuneração aqui previsto deverão ser realizados mensalmente, nas datas de pagamento da Remuneração, até que a Emissora volte a cumprir com suas obrigações previstas no item 7.2. abaixo ou até a integral liquidação da totalidade das Debêntures de ambas as Séries, caso não volte ela a cumpri-las, na forma estabelecida no item 4.4.4. abaixo.

4.3.5. Caso a Emissora não venha a sanar o Inadimplemento de Índice Financeiro verificado, transcorridos dois trimestres consecutivos, conforme estabelecido nos itens 4.3.2. e 4.3.3. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora constantes nesta Escritura, caso os Debenturistas assim determinem nos termos dos itens 4.7.1.1. e 4.7.2. abaixo, aplicando-se inclusive o aumento da Remuneração disposto no item 4.3.1. acima até a integral liquidação das Debêntures. Caso os Debenturistas optem, a seu único e exclusivo critério, por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora deverá pagar a Remuneração com base na nova taxa de *spread* mencionada no item 4.3.1., observado todo o disposto neste item 4.3.

4.3.6. Sem prejuízo das demais disposições constantes deste item 4.3., caso ocorra o disposto no item 4.3.2. acima, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à Emissora nesse sentido, em até 5 (cinco) dias úteis após a efetiva constatação de que a Emissora não sanou o Inadimplemento de Índice Financeiro. Além disso, no dia 10 (dez) do mês

LA

M

imediatamente posterior ao recebimento desta notificação pela Emissora, e no dia 10 (dez) de todos os meses subsequentes (até que a Emissora volte a cumprir com suas obrigações previstas no item 7.2. abaixo ou até a integral liquidação da totalidade das Debêntures), o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à Emissora por meio da qual informará qual o saldo devedor da Emissora à época (apresentando o respectivo cálculo), tendo em vista o incremento da remuneração aqui previsto.

4.3.7. O disposto neste item 4.3. aplicar-se-á até a integral liquidação das Debêntures, sempre que houver o descumprimento das obrigações da Emissora previstas no item 7.2. abaixo.

4.4. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.4.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures de ambas as Séries serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de efetiva integralização. As Debêntures de ambas as Séries serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, (i) em moeda corrente nacional; e/ou (ii) com quaisquer créditos líquidos e certos que o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Schahin S.A., Banco Rural S.A., Banco Itaú S.A. e/ou Banco Santos S.A. detenham perante a Emissora, até o montante de R\$95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), observados os limites por instituição financeira, abaixo referidos:

| Instituição Financeira | Limite (R\$) |
|---|----------------------|
| Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. | 44.000.000,00 |
| Banco Schahin S.A. | 10.000.000,00 |
| Banco Rural S.A. | 25.000.000,00 |
| Banco Itaú S.A. | 3.000.000,00 |
| Banco Santos S.A. | 13.000.000,00 |
| Total | 95.000.000,00 |

4.4.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures de qualquer uma das Séries serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da presente Emissão.

4.4.3. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este Debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures de qualquer uma das Séries, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.4.4. Carência, Amortização e Pagamento da Remuneração

4.4.4.1. Não haverá amortização do saldo devedor de principal (Valor Nominal Unitário) nem pagamento da Remuneração das Debêntures de ambas as Séries durante os 6 (seis) primeiros meses contados da Data de Emissão (o “Período de Carência”). Durante o Período de Carência, a Remuneração deverá ser capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures de cada uma das Séries será amortizado mensalmente, após o Período de Carência, comprometendo-se a Emissora a liquidar, com a última prestação de cada uma das Séries, todas as obrigações decorrentes desta Escritura com relação à respectiva Série. O valor de cada uma das parcelas de amortização será equivalente ao Valor Nominal Unitário dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira parcela:

- (i) com relação às Debêntures da 1ª Série, no dia 15 (quinze) do mês de janeiro de 2004 e as 29 (vinte e nove) parcelas restantes nos dias 15 (quinze) dos meses subseqüentes; e
- (ii) com relação às Debêntures da 2ª Série, no dia 15 (quinze) do mês de janeiro de 2004 e as 47 (quarenta e sete) parcelas restantes nos dias 15 (quinze) dos meses subseqüentes.

4.4.4.3. Os pagamentos dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas em razão da Remuneração das Debêntures de ambas as Séries, apurada conforme estabelecido no item 4.2 acima, deverão ser realizados mensalmente, após o Período de Carência, nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme disposto no item 4.4.4.2. acima.

4.4.4.4. Não obstante as datas de vencimento mencionadas acima, os pagamentos dos valores relativos ao Valor Nominal Unitário e à Remuneração das Debêntures deverão ser realizados na data em que ocorrer, conforme o caso, resgate antecipado, aquisição obrigatória, vencimento antecipado ou vencimento final das Debêntures.

4.4.5. Prorrogação dos Prazos: Todos os pagamentos de quaisquer obrigações que ocorram em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, serão, para os fins e efeitos desta Escritura, prorrogados para o 1º (primeiro) dia útil subseqüente, sendo as obrigações calculadas até essa data e se iniciando também, a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo das obrigações previstas nesta Escritura.

4.4.6. Encargos Moratórios e Multa em Caso de Ajuizamento: Sem prejuízo do disposto no item 4.7. abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos da respectiva remuneração aplicável às Debêntures, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória não compensatória de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. Além do aqui disposto, na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente desta Escritura, a





Emissora incorrerá em multa de 2% (dois por cento), incidente sobre o principal e encargos da dívida, devida pela Emissora a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios.

4.4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item 4.4.6. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado por ela publicado, não dará a esses Debenturistas o direito ao recebimento da respectiva Remuneração pelo período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.5. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures de qualquer uma das Séries em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 4.5. poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado. O Conselho da Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrem em tesouraria.

4.6. Aquisição Obrigatória em Decorrência da Liquidação de Créditos Detidos Junto ao MAE e/ou Decorrente de Indenização em Virtude de Extinção da Concessão

4.6.1. A Emissora, a Empresa Energética de Sergipe S.A. – Energipe, a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA, a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF e a Companhia Energética da Borborema – CELB, todas na qualidade de concessionárias de distribuição de energia elétrica, são titulares de créditos relativos ao período compreendido entre 01 de setembro de 2000 e 31 de março de 2003, no valor total de, aproximadamente, R\$33.300.000,00 (trinta e três milhões e trezentos mil reais) (data base 10 de julho de 2003), decorrentes da comercialização de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (“Créditos MAE”).

4.6.2. A Emissora deverá utilizar, e fazer com que a Energipe, SAELPA, CENF e CELB utilizem, os valores por elas recebidos em virtude dos Créditos MAE, para pagamento total ou parcial (i) de suas respectivas dívidas, no valor total aproximado de R\$8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais) (data base de 15 de julho de 2003), perante a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e Furnas Centrais Elétricas S.A., decorrentes da aquisição de energia elétrica dessas empresas geradoras no período de janeiro de 2002 a julho de 2003; (ii) dos valores devidos à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, na quantia total aproximada de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) (data base de 31 de março de 2003); e (iii) de quaisquer tributos e contribuições federais e/ou estaduais devidos pela Emissora e pelas Controladas Relevantes, incorridos até junho de 2003, no valor total aproximado de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais) (data base de 30 de junho de

2003), não passíveis de prorrogação de pagamento por meio de programas especiais implementados pelos Governos Federal e/ou Estadual.

4.6.3. O saldo remanescente dos Créditos MAE de titularidade da Emissora, não utilizados conforme mencionado no item 4.6.2. supra, caso existente, bem como todo e qualquer valor recebido a qualquer tempo pela Emissora decorrente de indenização da União Federal na hipótese de extinção da concessão objeto do “Contrato de Concessão de Distribuição nº 40/99 – ANEEL, para Distribuição de Energia Elétrica”, de 18 de junho de 1999, celebrado entre a Emissora e a ANEEL, na qualidade de representante da União Federal, (conjuntamente com os Créditos MAE doravante denominados “Créditos da Aquisição Obrigatória”), observado o disposto no item 4.6.5. abaixo, deverão ser obrigatória e integralmente utilizados pela Emissora para aquisição total ou parcial (neste caso, *pro rata*) das Debêntures de ambas as Séries, nos termos deste item 4.6., sob pena de vencimento antecipado das obrigações aqui previstas.

4.6.4. Caso ocorra o disposto no item 4.6.3. acima, a Emissora deverá publicar, nos termos do item 14.1.1. abaixo, até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento dos respectivos recursos, aviso aos Debenturistas de ambas as Séries realizando uma oferta de compra das Debêntures de ambas as Séries em valor equivalente à quantia por ela recebida em virtude dos Créditos da Aquisição Obrigatória, adotando-se o procedimento mencionado no item 4.6.6. abaixo.

4.6.4.1. O valor a ser pago pela Emissora para aquisição das Debêntures de ambas as Séries será o Valor Nominal Unitário não amortizado até a data do efetivo pagamento, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e encargos, se for o caso) a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da respectiva Remuneração, até a data do efetivo pagamento. A fórmula de cálculo do valor a ser pago pela Emissora deverá constar do aviso referido no item 4.6.4. supra. A liquidação da compra das Debêntures de ambas as Séries deverá ser realizada até o 3º (terceiro) dia útil após o término do prazo de manifestação dos Debenturistas previsto no item 4.6.5. abaixo.

4.6.5. Os Debenturistas de ambas as Séries desta Emissão que desejarem alienar suas Debêntures deverão, em até 5 (cinco) dias úteis da data de publicação do aviso mencionado no item 4.6.4. acima, manifestar por escrito, à Emissora, sua intenção de alienar as respectivas Debêntures de que são titulares, informando inclusive a quantidade de Debêntures que detêm e a quantidade de Debêntures que pretendem alienar.

4.6.6. A obrigação de aquisição das Debêntures pela Emissora será limitada ao valor dos Créditos da Aquisição Obrigatória sendo que, na hipótese desse valor não ser suficiente para aquisição de todas as Debêntures de ambas as Séries, a Emissora deverá proceder à aquisição de Debêntures de ambas as Séries dos Debenturistas que se manifestarem favoravelmente à venda, de forma *pro rata*, com base no resultado obtido por meio da divisão do preço equivalente aos Créditos da Aquisição Obrigatória e o Valor Nominal Unitário acrescido de Remuneração das Debêntures.

4.6.7. Caso o número de Debêntures a ser adquirido pela Emissora seja fracionário, proceder-se-á a aquisição obrigatória aqui prevista, por Debenturista, do número inteiro de Debêntures imediatamente anterior à fração constatada.

4.7. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observados os itens 4.7.1., 4.7.1.1. e 4.7.2. abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do montante equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture em circulação da presente Emissão, acrescido da Remuneração (acrescida do incremento de remuneração previsto no item 4.3. acima, se for o caso) e encargos aplicáveis, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um deles um “Evento de Inadimplemento”):

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures de qualquer uma das Séries nas respectivas datas de vencimento;
- b) pedido de concordata preventiva ou de auto-falência formulado pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes (conforme definido abaixo);
- c) liquidação ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes;
- d) extinção ou dissolução da Emissora ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes;
- e) declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes de contratos que venham a ser garantidos pelo penhor de ações de emissão da CENF, tendo em vista o compartilhamento desse penhor, que poderá ocorrer nos termos do item 5.1.1. abaixo;
- f) não realização da aquisição obrigatória das Debêntures de qualquer uma das Séries conforme previsto no item 4.6. desta Escritura, bem como a alienação de ativos sem observância do disposto no item 12.4.4. abaixo;
- g) penhora legítima de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos creditórios) da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que não cancelada no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua intimação;
- h) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou por sua respectiva Controlada Relevante, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;

- i) inadimplemento, pela Emissora, pela GIPAR ou pela ITACATU, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura (inclusive com relação à violação ou inveracidade de qualquer das disposições constantes da Cláusula VII abaixo), não sanada em 15 (quinze) dias, contados da ocorrência do respectivo evento, desde que não esteja previsto nesta Escritura prazo específico para a correção do inadimplemento;
- j) inadimplemento de qualquer obrigação prevista nos Documentos de Garantia, pelas partes signatárias daqueles instrumentos, não sanada no prazo específico determinado em referidos documentos;
- k) vencimento antecipado, ou a ocorrência de qualquer fato ou evento que, mediante a entrega de notificação ou lapso temporal, possa ensejar o vencimento antecipado de qualquer Dívida da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, de valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- l) se a Emissora ou qualquer de suas Controladas Relevantes deixar de pagar, injustificadamente, em até 30 (trinta) dias após a data de vencimento, ou não tomar as medidas administrativas, legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação devida pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes segundo qualquer acordo ou contrato do qual elas sejam as partes financiadas, envolvendo valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- m) início de execução de quaisquer garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensão ou extinta em até 15 (quinze) dias contados da citação da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes;
- n) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais ou laudos arbitrais definitivos contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas Controladas Relevantes que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto, em obrigação de pagamento para a Emissora ou por qualquer de suas Controladas Relevantes de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) decisão(ões) judicial(is) ou no(s) laudo(s) arbitral(is);
- o) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Emissora ou de suas Controladas Relevantes, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, exceto se tal reorganização societária: (i) não afetar de qualquer forma a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes das Debêntures; (ii) não afetar de qualquer forma as garantias de que se beneficiam ou que venham a se beneficiar as Debêntures; e (iii) seja realizada entre empresas que controlem ou que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora;

- p) extinção, por qualquer motivo, de qualquer das concessões de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Relevantes que sejam concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica, sem prejuízo das obrigações da Emissora de realizar a aquisição obrigatória das Debêntures nos termos do item 4.6, acima;
- q) se qualquer das garantias constituídas em favor dos Debenturistas, a qualquer tempo ou por qualquer motivo, perder sua eficácia ou deixar de estar em pleno vigor ou for declarada nula ou sua validade ou exeqüibilidade for impugnada, sem sua devida substituição em até 30 (trinta) dias após a emissão do respectivo Aviso de Recebimento - AR, relativo à notificação pelo Agente Fiduciário nesse sentido, conforme previsto nesta Escritura;
- r) se houver, a critério do Agente Fiduciário, a deterioração ou depreciação de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas, sem seu devido reforço em até 45 (quarenta e cinco) dias após a emissão do respectivo Aviso de Recebimento - AR, relativo à notificação pelo Agente Fiduciário nesse sentido, conforme previsto nesta Escritura;
- s) quaisquer mudanças no objeto social da Emissora que possam de qualquer forma afetar substancialmente o cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura ou dos Documentos de Garantia;
- t) qualquer reestruturação societária que envolva a CENF ou seus ativos, quaisquer mudanças no objeto social da CENF, ou quaisquer alterações nos atuais direitos e vantagens das ações preferenciais e ordinárias de emissão da CENF que possam de qualquer forma, a critério do Agente Fiduciário, afetar substancialmente o penhor sobre as ações de emissão da CENF e/ou as obrigações decorrentes do Contrato de Penhor de Ações;
- u) concessão de opção de compra, cessão, oneração, gravame, cessão de direitos de subscrição ou qualquer outra forma de alienação, direta ou indireta, gratuita ou onerosa que acarrete a transferência ou a alteração, incluindo compartilhamento, da atual estrutura de controle acionário da Emissora, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia autorização de Debenturistas representando à época, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão;
- v) emissão, pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam, de qualquer forma, a critério do Agente Fiduciário, afetar o mecanismo alternativo de pagamento previsto na Cláusula VIII abaixo;
- w) não constituição da Conta Reserva (conforme abaixo definido) na data e forma previstas na Cláusula X desta Escritura ou não recomposição do Saldo Mínimo (conforme abaixo definido) da Conta Reserva no prazo previsto na referida Cláusula X;
- x) não realização, em até 60 (sessenta) dias dos respectivos prazos devidos, pela Emissora, do pagamento, inclusive quando for parcelado, de todos os tributos

federais, estaduais ou municipais, e encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais a que esteja ou venha a estar sujeita, exceto se contestados de boa-fé em instância administrativa ou judicial, conforme o caso;

- y) as declarações realizadas na Cláusula XIII abaixo, pela Emissora, pela GIPAR e/ou pela ITACATU, sejam falsas ou enganosas ou, ainda, de forma relevante, incorretas ou incompletas;
- z) alteração relevante na natureza dos negócios da Emissora, conforme conduzidos nesta data, bem como alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data; e/ou
- aa) demais casos previstos em lei.

4.7.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (e) do item 4.7. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures de ambas as Séries, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

4.7.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (f) até (aa) do item 4.7. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XII abaixo e o quorum específico estabelecido no item 4.7.2. abaixo.

4.7.2. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas (cujas deliberações deverão ser tomadas por Debenturistas de ambas as Séries em conjunto) mencionada no item 4.7.1.1. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures de cada uma das Séries e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 4.7. acima, a menos que Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

4.8. Resgate Antecipado Facultativo

4.8.1. A Emissora reserva-se o direito de, após decorrido o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data de Emissão e em cada data em que se complete um período subsequente de 90 (noventa) dias contados após esse período inicial de 360 (trezentos e sessenta) dias, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries desta Emissão em circulação, pelo pagamento do saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado até a data do efetivo resgate, acrescido até a referida data da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da respectiva Remuneração. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações e poderá ser total ou parcial. Se parcial, o resgate deverá ser realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo Agente Fiduciário.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debênture de ambas as Séries desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

CLÁUSULA V

GARANTIAS ADICIONAIS APLICÁVEIS ÀS DEBÊNTURES

E DISPOSIÇÕES RELACIONADAS

5.1. As Debêntures de ambas as Séries desta Emissão gozarão das seguintes garantias adicionais:

- (i) vinculação de receitas, na forma estabelecida no Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças, firmado nesta data, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, parte integrante da presente Escritura como Anexo I (o “Instrumento Particular de Vinculação de Receitas”); e
- (ii) penhor de 57.509.438 ações ordinárias de emissão da CENF e de propriedade da Emissora, representativas, nesta data, de 69,95% (sessenta e nove inteiros e noventa e cinco centésimos) do capital social votante da CENF e de 59,47% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) do capital social total da CENF, bem como todas as ações de emissão da CENF que a Emissora vier a deter no futuro, além de todas as bonificações e demais direitos relativos às ações empenhadas; as referidas ações de emissão da CENF foram avaliadas, em 31/12/2002, em R\$23.860.000,00 (vinte e três milhões, oitocentos e sessenta mil reais), tendo sido essa avaliação efetuada com base no valor patrimonial das respectivas ações. O penhor será constituído por meio da celebração do Contrato de Penhor de Ações, firmado nesta data, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e outros (o “Contrato de Penhor de Ações”), cuja cópia é parte integrante desta Escritura como Anexo II. O direito de voto permanecerá com os acionistas da CENF, podendo, entretanto, o Contrato de Penhor de Ações prever que, nos termos do Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, esses acionistas somente poderão exercer tal direito de voto nos termos daquele instrumento. Toda e qualquer execução, judicial ou extrajudicial, relativa ao penhor constituído sobre as ações da CENF, que impliquem transferência do controle acionário da CENF, deverá ser submetida previamente à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme disposto na legislação aplicável e no respectivo contrato de concessão.

5.1.1. A garantia representada pelo penhor sobre as ações de emissão da CENF poderá, mediante a autorização de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão, ser compartilhada, em igual grau de prioridade e de acordo com os mesmos termos e condições, com os credores da Emissora abaixo relacionados, com referência aos créditos também a seguir especificados:

- (i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - crédito no valor de até R\$335.000.000,00 (trezentos e trinta e cinco milhões) relativos ao principal, acrescido de juros equivalentes a Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP capitalizada de *spread* de 7% (sete por cento) ao ano, com vencimento final previsto para dezembro de 2007; e
- (ii) Banco Rural S.A. – crédito no valor de até R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) relativos ao principal, acrescido de juros equivalentes à Taxa DI capitalizada de *spread* de 6% (seis por cento) ao ano, com vencimento final previsto para julho de 2006.

5.1.2. Observado o disposto no item 5.1.1. supra, o compartilhamento do penhor das ações de emissão da CENF deverá ocorrer por meio da celebração concomitante de (i) Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, cujo modelo é parte integrante desta Escritura como Anexo III e (ii) aditamento ao Contrato de Penhor de Ações, conforme estabelecido naquele instrumento.

5.1.3. Na hipótese de qualquer dos credores supra mencionados vir a obter garantia adicional para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes dos créditos acima descritos, além do Penhor e da vinculação de receitas prevista na alínea “i” do item 5.1. desta Escritura e de qualquer garantia a ser constituída em favor do BNDES com relação ao crédito descrito na alínea (i) do item 5.1.1. supra (inclusive nota promissória a ser emitida pela GIPAR, vinculada a esse crédito do BNDES), fica desde já estabelecido que essas garantias estarão sujeitas ao acordo de compartilhamento de garantias regulado pelo respectivo Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças. As disposições deste item não se aplicam às garantias já existentes em favor de qualquer um dos credores relacionados no item 5.1.1. acima em data anterior a 11 de julho de 2003, no caso de refinanciamento de dívidas da Emissora e suas controladas.

5.1.4. Para fins do disposto nesta Escritura, o Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e o Contrato de Penhor de Ações serão conjuntamente denominados “Documentos de Garantia”.

5.2. Caso, a critério do Agente Fiduciário e de forma razoável, a qualquer tempo durante a vigência desta Emissão, ocorra a deterioração ou depreciação de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas, a Emissora deverá, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que for emitido o respectivo Aviso de Recebimento - AR, relativo à notificação enviada pelo Agente Fiduciário nesse sentido, apresentar garantias adicionais aos Debenturistas da Emissão, de forma a restabelecer as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, sob pena de vencimento antecipado de todas as suas obrigações constantes nesta Escritura, aplicando-se o disposto nos itens 4.7.1.1. e 4.7.2. acima. Os Debenturistas decidirão, a seu exclusivo critério, e observado o quorum de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão, se aceitam ou não as novas garantias apresentadas pela Emissora. Os critérios a serem utilizados para verificação de deterioração do valor das respectivas ações empenhadas serão aqueles usualmente adotados para avaliação desses ativos, tais como, mas não se limitando, ao fluxo de caixa descontado e à análise de múltiplos de mercado.

5.2.1. A qualquer momento, durante a presente Emissão, Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação da presente Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, poderão solicitar, desde que por motivo relevante e de forma justificada, uma avaliação das ações empenhadas, entregues em garantia por meio do Contrato de Penhor de Ações, ficando desde já acordado que todos e quaisquer custos com relação a essa avaliação serão incorridos pela Emissora, pela GIPAR e/ou pela ITACATU, de forma solidária. Os critérios a serem utilizados para avaliação das ações empenhadas entregues em garantia por meio do Contrato de Penhor de Ações serão aqueles usualmente adotados, tais como, mas não se limitando, ao fluxo de caixa descontado e à análise de múltiplos de mercado.

5.2.2. Ocorrendo declaração de vencimento antecipado a que se refere o item 4.7, acima, mesmo que simultaneamente à excussão de outras garantias da presente Emissão, fica desde já ajustado que a excussão extrajudicial do penhor das ações de emissão da CENF se dará conforme disposto no Contrato de Penhor de Ações, observadas as disposições aplicáveis constantes do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, cujo modelo é parte integrante desta Escritura como Anexo III.

5.2.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade prevista nesta Escritura ou nos Documentos de Garantia.

5.3. Qualquer modificação aos termos e/ou condições dos Documentos de Garantia e do modelo do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças (parte integrante desta Escritura como Anexo III), que direta ou indiretamente afete os direitos dos Debenturistas, deverá ser previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, o equivalente a 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão, exceto com relação à liberação de qualquer uma das garantias constituída por meio dos Documentos de Garantia, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação da presente Emissão.

CLÁUSULA VI

NÃO CONSTITUIÇÃO DE ÔNUS SOBRE OS ATIVOS DA EMISSORA

6.1. Enquanto o saldo devedor das Debêntures de ambas as Séries não for integralmente pago, a Emissora também se compromete, sob pena de vencimento antecipado das obrigações constantes desta Escritura, observado o disposto nos itens 4.7.1.1. e 4.7.2. acima, a:

- (i) não constituir qualquer Garantia Real, exceto Garantias Reais Permitidas, sobre seus ativos, receitas presentes ou futuras, em garantia de qualquer Dívida e a fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não constituam qualquer Garantia Real, exceto Garantias Reais Permitidas, sobre seus ativos, receitas, presentes ou futuras, conforme o caso, a menos que, anterior ou concomitantemente a criação de qualquer Garantia Real, as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura: (a) sejam, no mínimo, garantidas em igual grau de preferência e condições, e desde que tal garantia seja aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão, ou (b) tenham o benefício de qualquer outra garantia que seja aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas, observado o quorum mencionado no subitem (a) acima; e
- (ii) não constituir qualquer Garantia Real sobre Ações de sua titularidade, direta ou indireta, ou permitir que tais garantias sejam constituídas, exceto (a) o penhor sobre as ações de emissão da CENF e de sua propriedade, constituído na forma desta Escritura e (b) a vinculação de receita e/ou a retenção de recursos em conta reserva, nos termos do Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e desta Escritura.

6.2. Para os efeitos da presente Escritura, inclusive desta Cláusula VI e da Cláusula VII abaixo, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Ações” significa qualquer ação de uma sociedade anônima ou quotas de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, conforme o caso, de titularidade direta ou indireta da Emissora na data de celebração desta Escritura, ou ações ou quotas de qualquer sociedade resultante da fusão ou incorporação dessas sociedades.

“Ativo Fixo” significa qualquer ativo da Emissora que esteja ou venha a ser incluído e classificado no balanço consolidado da Emissora como ativo imobilizado, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

“Ativo Fixo Relevante” significa qualquer Ativo Fixo usado para geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica pela Emissora ou por suas controladas (diretas ou indiretas), sendo (i) responsável por, no mínimo, 5% (cinco por cento) das receitas atuais da Emissora e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas) concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica; ou (ii) necessários, de forma direta ou indireta, para geração de 5% (cinco por cento) ou mais das receitas referidas em (i) acima.

“Banco Oficial” significa (i) qualquer instituição financeira, órgão ou banco de desenvolvimento pertencente ao governo brasileiro ou qualquer outro banco brasileiro ou instituição financeira que represente ou atue como agente de um órgão governamental (incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e empresas integrantes do sistema BNDES) e (ii) qualquer instituição financeira, agência ou banco de desenvolvimento multilateral ou de governo estrangeiro, incluindo o Banco Mundial, o *International Finance Corporation – IFC* e o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o *Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft – DEG*.

“CAPEX” significa o acréscimo bruto de ativos imobilizados, entre os respectivos períodos de medição da Emissora e de suas controladas (diretas ou indiretas), deduzidos os juros capitalizados durante a construção e as contribuições e subvenções dos consumidores e poder público.

“Capital de Giro” significa Dívidas com vencimento original de 45 (quarenta e cinco) dias ou menos utilizadas no financiamento das operações da Emissora.

“Controladas Relevantes” significa as seguintes sociedades controladas, de forma direta ou indireta pela Emissora: CAT-LEO Energia S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A., Energisa S.A., Empresa Energética de Sergipe S.A. – Energipe, SAELPA - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF, Companhia Energética da Borborema – CELB, PBPART Ltda. PBPART SE 1 S.A., PBPART SE 2 Ltda..

“Controladas Não-Relevantes” significa as seguintes sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora: Teleserv S.A., Multipar S.A. Planejamento e Corretagem de Seguros, Multiagro Agropecuária Comércio e Indústria Ltda., Telecabo S.A., MCL Cabo S.A. e Termosergipe S.A.

“Dívida” significa (a) qualquer obrigação da Emissora e de suas controladas (diretas ou indiretas), contingente ou de qualquer forma exigível em virtude (A) de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza contraídos (independentemente de garantia do credor contra todos os ativos da Emissora e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas) ou somente parte dos mesmos), seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto, linhas de crédito ou outros, ou (B) de notas promissórias (emitidas no Brasil ou no Exterior), debêntures ou instrumentos de natureza similar, cartas de crédito (incluindo a obrigação de compra de moeda), ou (C) do pagamento de aluguel ou outros valores relacionados à compra de bens do ativo da Emissora que devam ser classificados como *leasing* financeiro de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a compra diferida de bens imóveis, ou (D) de contratos de proteção contra variação das taxas de juros, contratos de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar; (b) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações descritas no subitem “A” acima, com relação às quais a Emissora e/ou qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) tenham prestado garantia ou que de outra forma venham a tornar-se obrigações legais da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas); e (c) outra obrigação garantida por ônus ou gravame sobre os bens ou ativos da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), independentemente de ditas obrigações garantidas terem sido assumidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas).

“Dívida Bruta Total” significa qualquer Dívida (conforme definido acima) sendo desconsiderada todas as dívidas contraídas pela Emissora ou qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) junto a sociedades de economia mista ou públicas (incluindo, mas não se limitando, ao BNDES, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás), que tenham contrapartida em ativos, direitos de crédito, receitas ou subvenção derivadas de ato do poder público concedente, para observância de determinação regulatória, tais como o financiamento das perdas do racionamento

(RTE), financiamento junto a Eletrobrás para a implantação da nova classificação dos usuários da Subclasse Residencial Baixa Renda e financiamento da ~~Conta de Variação da Parcela A (CVA)~~. Também deverão ser expurgadas do ~~computo da Dívida Total~~ Bruta” parcelamentos e/ou refinanciamentos de débitos fiscais e com fornecedores, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias existentes em 30 de junho de 2003, até o montante total aproximado de R\$27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) com relação à Emissora e R\$103.000.000,00 (cento e três milhões de reais) com relação a suas controladas (diretas ou indiretas).

“EBITDA” significa lucro operacional acrescido da depreciação/amortização, bem como acrescido dos custos de estruturação, coordenação e colocação incorridos pela Emissora no presente processo de reestruturação de Dívidas da Emissora e das Controladas Relevantes.

“Garantia Real” significa qualquer hipoteca, penhor, caução, alienação fiduciária, garantia flutuante ou qualquer outro ônus ou gravame de qualquer natureza ou espécie, inclusive a vinculação de receitas e constituição de conta reserva.

“Garantia Real Permitida” significa qualquer Garantia Real:

- (i) constituída sobre um Ativo Fixo ou Ações adquiridas após esta data pela Emissora ou suas controladas (diretas ou indiretas) ou constituída sobre um Ativo Fixo ou Ações relacionados à aquisição de qualquer Ativo Fixo ou Ações adquiridas após esta data pela Emissora ou suas controladas (diretas ou indiretas), em cada caso para garantir a aquisição de tais Ativos Fixos ou Ações ou para garantir a Dívida contraída com a finalidade de adquirir tal Ativo Fixo ou Ações, incluindo qualquer Garantia Real existente à época de aquisição de tal Ativo Fixo ou Ações, contanto que o valor máximo do principal e juros garantidos por tal Garantia Real não exceda 90% (noventa por cento) do valor de tal Ativo Fixo ou Ações (conforme determinado pelo credor dessa Dívida e notificado ao Agente Fiduciário, quando o valor for superior a R\$5.000.000,00);
- (ii) constituída em relação a qualquer Dívida contraída pela Emissora ou suas controladas (diretas ou indiretas) junto a um Banco Oficial para financiar a aquisição, desenvolvimento, construção ou expansão de qualquer Ativo Fixo Relevante ou qualquer prorrogação, renovação ou renegociação dessa Dívida, desde que essa Dívida ou qualquer prorrogação, renovação ou renegociação (a) (1) tenha um vencimento original mínimo de cinco anos ou (2) seja uma cédula/nota de crédito industrial emitida em favor de um Banco Oficial em antecipação ao desembolso de uma Dívida com vencimento original mínimo de cinco anos e (b) o valor total do principal de qualquer prorrogação, renovação ou renegociação não exceda o valor (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) a ser prorrogado, renovado ou renegociado;
- (iii) que garanta Dívida tomada para o financiamento de projeto (*project finance*) da Emissora ou de qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), desde que (a) esta Dívida não seja garantida por instalações ou projetos já existentes na data desta Escritura; (b) esta Garantia Real somente se aplique a (x) propriedades objeto do financiamento do projeto ou (y) receitas ou recebíveis

decorrentes do projeto a ser financiado; e (z) qualquer Garantia Real dada para garantir qualquer Dívida resultante da prorrogação, renovação ou renegociação de qualquer Dívida anteriormente garantida de acordo com este subitem, desde que não exceda o valor da Dívida originalmente garantida (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) e que os ativos objeto da garantia sejam decorrentes do financiamento do projeto;

- (iv) existente na data de celebração desta Escritura ou que venha a garantir qualquer prorrogação, renovação ou renegociação da Dívida originalmente garantida por Garantia Real; desde que o valor total do principal dessa Dívida prorrogada, renovada ou renegociada não exceda o valor garantido (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) na data desta Escritura;
- (v) decorrentes do curso normal dos negócios para garantir Dívidas da Emissora ou de suas controladas (diretas ou indiretas) na forma de Capital de Giro, desde que o valor máximo, individual ou total, da garantia, não exceda R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por mês; e/ou
- (vi) constituída em favor de instituições financeiras públicas ou privadas, no valor individual ou total máximo, de R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), em razão de financiamentos que essas instituições financeiras venham a conceder à Emissora ou a suas controladas (diretas ou indiretas) a partir da Data de Emissão, na forma de vinculação de receitas e/ou por meio de retenção de recursos em conta reserva, desde que essas garantias sejam constituídas nos termos e condições equivalentes aos termos e condições das garantias a serem constituídas em favor dos Debenturistas.

“Resultado Financeiro” significa a somatória de todas as receitas financeiras da Emissora, excluídas as despesas financeiras, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Obrigações de Fazer: Até a integral liquidação das Debêntures, observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se a:

- (i) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente permitido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração dos diretores financeiros (ou, no caso de inexistência deste, administrador com função similar) da Emissora, GIPAR, ITACATU e CENF,

atestando o cumprimento, por essas sociedades, das obrigações constantes da presente Escritura e dos Documentos de Garantia;

- (b) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 ou de norma que venha a substituir tal normativo, nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano (exceto conforme disposto no item 7.2.1. abaixo), cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos no item 7.2. abaixo, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices financeiros, bem como declaração dos diretores financeiros (ou, no caso de inexistência deste, administrador com função similar) da Emissora da GIPAR, e ITACATU, atestando o cumprimento, por essas sociedades, das obrigações constantes da presente Escritura e dos Documentos de Garantia;
 - (c) no mesmo dia de sua publicação, o respectivo Edital de Convocação de qualquer Assembléia Geral da Emissora, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas suas Assembléias Gerais;
 - (d) imediatamente, quaisquer informações relacionadas com a presente emissão que lhe venham a ser solicitadas, inclusive com relação a suas controladoras ou controladas (diretas ou indiretas), bem como fatos relevantes divulgados ao mercado e à CVM;
 - (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.7. acima, imediatamente após a sua ocorrência, devendo fornecer os documentos necessários para sua comprovação, conforme requerido de forma razoável pelo Agente Fiduciário;
 - (f) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia autenticada do Livro de Registro de Ações da CENF;
 - (g) cópia autenticada, devidamente registrada, de eventuais e futuros aditamentos aos Documentos de Garantia em até 10 (dez) dias contados da data de sua celebração;
 - (h) até o dia 05 (cinco) de cada mês, extratos da Conta de Reserva mencionada na Cláusula X abaixo; e
 - (i) imediatamente após tomar ciência da utilização do Poder Liberatório, nome dos Debenturistas que fizeram uso do Poder Liberatório, as faturas e contas de consumo utilizadas para tanto, bem como a quantidade de debêntures utilizadas.
- (ii) Proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;

- (iii) Incluir em seus balanços, sob forma de nota explicativa, a informação de que as Debêntures de ambas as Séries encontram-se garantidas por vinculação de receitas e penhor de ações, nos termos do Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e do Contrato de Penhor de Ações;
- (iv) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- (v) Convocar, nos termos da Cláusula XII desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vi) Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (vii) Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (viii) Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993 ou do normativo que vier a substituí-la, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (ix) Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (x) Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indicio de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que: (a) possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures desta Emissão ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (xi) Manter seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados em seguradoras de primeira linha;
- (xii) Manter em dia o pagamento, inclusive com relação a dívidas parceladas, de fornecedores e decorrentes de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, sendo admitido o atraso de pagamento de referidos tributos até o valor individual ou total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto pelas dívidas dessa natureza vencidas, existentes nesta data.
- (xiii) Fornecer, em até 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para que o Agente Fiduciário possa verificar se a Emissora está cumprindo suas obrigações,

previstas nesta Escritura, especialmente nesta Cláusula VII:

(xiv) Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;

(xv) (x) Notificar ao Agente Fiduciário, imediatamente após a ocorrência de qualquer evento, fato ou ato, que possa resultar (i) em uma violação pela Emissora, por qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), pela ITACATU e/ou GIPAR de qualquer lei, decreto ou regulamento e que possa, direta ou indiretamente, afetar seus negócios, seus resultados ou sua condição financeira ou operacional; (ii) em uma violação de qualquer contrato ou acordo que vincule a Emissora, qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), a ITACATU e/ou a GIPAR e que possa afetar, direta ou indiretamente, seus negócios, seus resultados ou sua condição financeira ou operacional; (y) informar imediatamente ao Agente Fiduciário acerca da ocorrência de qualquer inadimplemento com relação a esta Escritura, inclusive com relação às obrigações da Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., referidas neste instrumento;

(xvi) Manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures desta Emissão, às suas expensas, o Banco Mandatário e Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário (SND);

(xvii) Proceder ao registro dos Documentos de Garantia nos competentes cartórios de registro, nos prazos estabelecidos nesta Escritura ou nos próprios Documentos de Garantia, conforme o caso;

(xviii) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência desta Escritura;

(xix) Fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada à implementação e funcionamento do mecanismo de Poder Liberatório (conforme definido abaixo), imediatamente após o seu recebimento;

(xx) Até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries, manter uma ou mais classificações de risco para a presente Emissão, por agência(s) de classificação de risco (*rating*) renomada(s), bem como divulgar ou permitir que essa(s) agência(s) de classificação de risco (*rating*) divulgue(m) relatório(s) com a(s) súmula(s) de classificação de risco, revistos anualmente;

(xxi) Envidar todos os esforços junto ao Agente Fiduciário, à CETIP à CBLC, ao Banco Mandatário e Escriturador e/ou quaisquer outros de forma a assegurar o perfeito funcionamento do disposto nas Cláusulas V e VIII e X desta Escritura;

(xxii) Fornecer mensalmente ao Agente Fiduciário, para conferência e acompanhamento, informações sobre o faturamento bruto mensal da Emissora durante o mês imediatamente anterior, conforme disposto na Cláusula X abaixo;

(xxiii) Informar, imediatamente e por escrito, ao Banco Depositário e ao Agente Fiduciário, qualquer alteração ocorrida em seu padrão de arrecadação em cobrança, que venha a reduzir a média declarada no Instrumento Particular de Vinculação de Receitas,

conforme estabelecido naquele instrumento; e

(xxiv) Comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que resulte em modificação da utilização dos recursos originários desta Emissão.

7.2. Índices Financeiros: Observado o disposto no item 4.3. acima, enquanto o saldo devedor das Debêntures de ambas as Séries não for integralmente liquidado, a Emissora obriga-se a manter as seguintes relações, apuradas com base em suas demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Dívida Bruta Total/EBITDA apurada com base nas Informações Trimestrais – ITR da Emissora, menor ou igual a (a) 5,0 (cinco inteiros) no terceiro trimestre de 2003; (b) 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) no quarto trimestre de 2003; (c) 4,3 (quatro inteiros e três décimos) no primeiro trimestre de 2004; (d) 4,0 (quatro inteiros) no segundo trimestre de 2004; (e) 3,8 (três inteiros e oito décimos) no terceiro trimestre de 2004; (f) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) no quarto trimestre de 2004; (g) 3,3 (três inteiros e três décimos) no primeiro trimestre de 2005; (h) 3,0 (três inteiros) no segundo trimestre de 2005; (i) 2,8 (dois inteiros e oito décimos) no terceiro trimestre de 2005; (j) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no quarto trimestre de 2005; (l) 2,4 (dois inteiros e quatro décimos) no primeiro trimestre de 2006; (m) 2,3 (dois inteiros e três décimos) no segundo trimestre de 2006; (n) 2,1 (dois inteiros e um décimo) no terceiro trimestre de 2006; e (o) 2,0 (dois inteiros) no quarto trimestre de 2006 e até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries;
- (ii) EBITDA/Resultado Financeiro apurado com base nas Informações Trimestrais – ITR da Emissora, menor ou igual a (a) 1,0 (um inteiro) no terceiro trimestre de 2003; (b) 1,2 (um inteiro e dois décimos) no quarto trimestre de 2003; (c) 1,4 (um inteiro e quatro décimos) no primeiro trimestre de 2004; (d) 1,6 (um inteiro e seis décimos) no segundo trimestre de 2004; (e) 1,7 (um inteiro e sete décimos) no terceiro trimestre de 2004; (f) 1,9 (um inteiro e nove décimos) no quarto trimestre de 2004; (g) 2,1 (dois inteiros e um décimo) no primeiro trimestre de 2005; (h) 2,2 (dois inteiros e dois décimos) no segundo trimestre de 2005; (i) 2,4 (dois inteiros e quatro décimos) no terceiro trimestre de 2005; (j) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no quarto trimestre de 2005; (l) 2,6 (dois inteiros e seis décimos) no primeiro trimestre de 2006; (m) 2,8 (dois inteiros e oito décimos) no segundo trimestre de 2006; (n) 2,9 (dois inteiros e nove décimos) no terceiro trimestre de 2006; e (o) 3,0 (três inteiros) no quarto trimestre de 2006 e até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries; e
- (iii) EBITDA/CAPEX apurada com base nas Informações Trimestrais – ITR da Emissora, menor ou igual a (a) 1,5 (um inteiro e cinco décimos) no terceiro trimestre de 2003; (b) 1,9 (um inteiro e nove décimos) no quarto trimestre de 2003; (c) 2,2 (dois inteiros e dois décimos) no primeiro trimestre de 2004; (d) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no segundo trimestre de 2004; (e) 2,7 (dois inteiros e sete décimos) no terceiro trimestre de 2004; (f) 3,0 (três inteiros) no quarto trimestre de 2004; (g) 3,3 (três inteiros e três décimos) no

primeiro trimestre de 2005; (h) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) no segundo trimestre de 2005; (i) 3,8 (três inteiros e oito décimos) no terceiro trimestre de 2005; (j) 4,0 (quatro inteiros) no quarto trimestre de 2005; (l) 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) no primeiro trimestre de 2006; (m) 5,0 (cinco inteiros) no segundo trimestre de 2006; (n) 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos) no terceiro trimestre de 2006; e (o) 6,0 (seis inteiros) no quarto trimestre de 2006 e até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries.

7.2.1. A apuração dos índices financeiros mencionados no item 7.2. acima deverá ocorrer trimestralmente, com base no período dos 12 (doze) meses anteriores à data do respectivo trimestre de apuração.

7.2.2. O saldo de Dívida da Emissora deverá ser o informado nas Informações Trimestrais consolidadas da Emissora. Exclusivamente nos casos em que o *spread* for aumentado nos termos do item 4.3. acima, a apuração (re-adequação) das obrigações da Emissora previstas no item 7.2. supra poderá, a critério do Agente Fiduciário, ser baseada em um período de 6 (seis) meses anteriores à data de apuração.

7.3. Obrigações Especiais da Emissora: Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se a:

(i) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, no sentido de que essa acionista se obriga a utilizar, até a integral liquidação das Debêntures desta emissão, sempre que o índice Dívida Bruta Total/EBITDA da Emissora (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” acima) alcance um nível superior a 2,0 (dois inteiros), todo e qualquer valor por ela recebido da Emissora e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas), oriundo da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, para investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor);

(ii) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, no sentido de que, até a integral liquidação das Debêntures desta Emissão, todas as Dívidas contraídas até 9 de julho de 2003 pela Emissora ou suas controladas (diretas ou indiretas) para com a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. estejam sujeitas às seguintes condições: (a) quaisquer pagamentos com relação a referidas Dívidas devem ser imediatamente suspensos até que o índice Dívida Bruta Total/EBITDA da Emissora (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” acima) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor) e (b) os encargos dessas Dívidas (incluindo, mas não se limitando, a juros e correção monetária, se houve) não devem ser superiores à Remuneração das Debêntures;

(iii) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, no sentido de que quaisquer valores referentes a Dívidas contraídas pela Emissora ou suas controladas (diretas ou indiretas) para com a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., a partir de 10 de julho de 2003 e até a integral liquidação das Debêntures não sejam devidos e tenham

Handwritten signature

Handwritten mark

qualquer pagamento (incluindo, mas não se limitando, a principal, correção monetária, e juros) suspensos até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” acima) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor);

(iv) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., a ITACATU, a GIPAR e/ou aos controladores indiretos da GIPAR, de quaisquer valores referentes a Dívidas contraídas até 9 de julho de 2003 junto a essas pessoas, até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” acima) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos à Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., ITACATU, GIPAR e/ou aos controladores indiretos da GIPAR, que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que ela passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor);

(v) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem, até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda, a ITACATU, a GIPAR e/ou aos controladores indiretos da GIPAR, de quaisquer valores referentes a Dívidas contraídas junto a essas pessoas, a partir de 10 de julho de 2003, até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” acima) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos à Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., ITACATU, GIPAR e/ou aos controladores indiretos da GIPAR, que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor).

(vi) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem, até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos de remuneração de Dívida contraída junto a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda, a ITACATU, a GIPAR e/ou aos controladores indiretos da GIPAR, acima da Remuneração das Debêntures;

(vii) incluir no instrumento a ser firmado com o Banco Mandatário e Escriturador (o “Contrato de Banco Mandatário e Escriturador”), cláusula prevendo que (i) o Banco Mandatário e Escriturador (ou seu sucessor) deverá prestar diretamente ao Agente Fiduciário as informações que vierem a ser solicitadas referentes às Debêntures de qualquer uma das Séries e aos pagamentos efetuados pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura; e (ii) em caso de rescisão do Contrato de Banco Mandatário e Escriturador por iniciativa do Banco Mandatário e Escriturador (ou de seu sucessor), o Banco Mandatário e Escriturador (ou seu sucessor) deverá continuar a prestar os serviços para os quais foi contratado até que (x) uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelo Agente Fiduciário e (y) a instituição substituta comprometa-se a prestar tais serviços, de acordo com os termos e condições do Contrato de Banco Mandatário e Escriturador, e substitua efetivamente o Banco Mandatário e Escriturador na prestação desses serviços;

(viii) tendo em vista a constituição da Conta Reserva, conforme previsto na Cláusula X abaixo, incluir no contrato a ser firmado com o Banco Depositário (conforme

definido abaixo) cláusula prevendo que os representantes legais da Emissora e do Banco Depositário, que deverão assinar o respectivo contrato como Intervenientes, declarem-se fiéis depositários, a título gratuito, de todos os documentos, livros, arquivos, inclusive os eletrônicos e listagens correspondentes aos valores que deverão constar da Conta Reserva, assumindo a responsabilidade pela guarda dos referidos documentos, obrigando-se, sob as penas da lei e infração ao pactuado nesta Escritura, a entregar cópias desses documentos ao Agente Fiduciário dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar de simples solicitação que lhes for feita nesse sentido;

(ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(x) não praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;

(xi) não efetuar a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório, bem como o pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucro, até a integral liquidação das Debêntures da presente Emissão;

(xii) sem o prévio e expresso consentimento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão: (a) não prestar qualquer garantia pessoal (incluindo, mas não se limitando, a fiança e aval) em benefício de quaisquer terceiros, exceto quando a sociedade a ser garantida for uma Controlada Relevante e (b) não realizar qualquer empréstimo, financiamento ou capitalização de qualquer sociedade, em valor individual ou total superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto quando a sociedade a ser financiada ou capitalizada for uma Controlada Relevante;

(xiii) não realizar qualquer operação de amortização, resgate ou recompra de ações ou que implique a redução de seu capital social, ou permitir que qualquer uma de suas controladas (diretas ou indiretas) realize tais operações; e

(xiv) não pagar antecipadamente qualquer dívida, exceto: (a) a dívida decorrente da presente Emissão na forma prevista nesta Escritura; (b) dívidas cujo pagamento antecipado tenha sido prévia e expressamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da Emissão ou (c) se o pagamento ocorrer em virtude de substituição de dívida(s) cujas condições de remuneração sejam mais onerosas que as condições de remuneração das Debêntures, desde que a(s) nova(s) dívida(s) apresente(m) condições de remuneração menos onerosas que as condições de remuneração da(s) dívida(s) substituída(s) e seja(m) em valor, individual ou total, inferior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

7.4. Obrigações Especiais da ITACATU e da GIPAR: Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até a integral liquidação das Debêntures desta emissão, a ITACATU e a GIPAR obrigam-se a:

- (i) exercer direito de voto de forma que a Emissora cumpra com o disposto na Escritura e nos Documentos de Garantia;
- (ii) utilizar, sempre que o índice Dívida Bruta Total/EBITDA da Emissora (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” acima) alcance um nível superior a 2,0 (dois inteiros) todo e qualquer valor por elas recebido da Emissora e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas), oriundo da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, para (i) realização de aumentos de capital ou mútuos, sujeitos as limitações de remuneração e repagamento, em favor de referidas sociedades; (ii) para investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que esta passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor) ou (iii) pagamento de financiamentos tomados junto ao BNDES para aquisição de ações de emissão da Emissora de forma a, no mínimo, manter as respectivas participações societárias que possuíam em referida companhia em 10 de julho de 2003;
- (iii) fazer com que quaisquer Dívidas contraídas pela Emissora ou suas controladas (diretas ou indiretas) para com a ITACATU e/ou GIPAR, anteriormente a 9 de julho de 2003, estejam sujeitas às seguintes condições: (a) os pagamentos com relação a referidas Dívidas devem ser imediatamente suspensos até que o índice Dívida Bruta Total/EBITDA da Emissora (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” acima) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros); e (b) os encargos dessas Dívidas (incluindo, mas não se limitando, a juros e correção monetária, se houve) não devem ser superiores à Remuneração das Debêntures;
- (iv) fazer com que quaisquer Dívidas contraídas pela Emissora ou suas controladas (diretas ou indiretas) para com a ITACATU e/ou GIPAR, a partir de 10 de julho de 2003, não sejam devidas e tenham qualquer pagamento (incluindo, mas não se limitando, a principal, correção monetária, e juros) suspenso até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem “i” acima) alcance um nível igual ou inferior a 2 (dois); e
- (v) não deliberar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo legal.

CLÁUSULA VIII

MECANISMO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO

PODER LIBERATÓRIO

8.1. Na hipótese de não pagamento, pela Emissora, de qualquer valor devido com relação às Debêntures de qualquer uma das Séries, nas respectivas datas de vencimento e em conformidade com o disposto nesta Escritura e sem prejuízo do disposto nos itens 4.2. e 4.4.6. acima, todo e qualquer valor devido em razão das Debêntures de qualquer uma das Séries, incluindo, sem limitação, multas e demais encargos moratórios,

vencidos e não pagos pela Emissora nas datas estabelecidas nesta Escritura, terão poder liberatório e poderão ser utilizados por qualquer um dos Debenturistas, a qualquer tempo, para pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, mediante dação em pagamento, pelos Debenturistas, do crédito representado por todos os valores devidos em razão das Debêntures de qualquer uma das Séries, contra o débito representado pela fatura de fornecimento de energia elétrica cobrada pela Emissora (“Poder Liberatório”).

8.2. Os Debenturistas que, nos termos do item 8.1. supra, notificarem o Agente Fiduciário sobre sua intenção de utilizar o Poder Liberatório, estarão automaticamente isentando o Agente Fiduciário da obrigação de iniciar os procedimentos necessários para a execução das Debêntures de qualquer uma das Séries e os demais procedimentos previstos no artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83, sem prejuízo, no entanto, dos Debenturistas, caso o Poder Liberatório não seja utilizado com relação à totalidade das Debêntures por eles detidas, ou não seja suficiente para a liquidação de todas as Debêntures destes Debenturistas, exercerem seus direitos com relação à cobrança de valores devidos em razão das Debêntures de qualquer uma das Séries.

8.3. O cálculo diário do Valor Nominal Unitário das Debêntures de ambas as Séries acrescido da respectiva Remuneração e da multa e demais encargos moratórios, para fins de dação em pagamento, será efetuado pelo Banco Mandatário e Escriturador, pelo Agente Fiduciário e pela Emissora, e informado, pelo Banco Mandatário e Escriturador, nessa mesma data, após sua apuração final, à Emissora, à CETIP, à CBLC e ao Agente Fiduciário. O cálculo, a retenção e o recolhimento do imposto de renda devido pelo Debenturista deverão observar os termos da lei.

CLÁUSULA IX

PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DO

PODER LIBERATÓRIO

9.1. O mecanismo de Poder Liberatório aqui previsto poderá ser utilizado pelos Debenturistas sempre que a Emissora não realizar o pagamento de qualquer valor devido com relação às Debêntures de qualquer uma das Séries ou nos termos desta Escritura, nas respectivas datas de vencimento e em conformidade com o disposto nesta Escritura. Os Debenturistas (consumidores) da Emissora que desejarem utilizar o Poder Liberatório deverão dirigir-se à sede da Emissora, na Praça Rui Barbosa, 80, na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, Departamento de Relação com Investidores (tel: 32-3429.6226), em horário comercial, munidos do(s) original(is) da(s) fatura(s) e/ou conta(s) de consumo que serão liquidadas, juntamente com duas vias do Extrato, e deverão imediatamente comunicar formalmente por escrito ao Agente Fiduciário e à Emissora sobre sua intenção de utilizar o Poder Liberatório.

9.1.1. Na hipótese do valor da totalidade das Debêntures detidas por um Debenturista não ser suficiente para pagamento do valor total do débito representado pelas contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, o Debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque à Emissora.

9.1.2. Caso o valor da totalidade das Debêntures detidas por um Debenturista seja superior ao valor total do débito representado pelas contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, o Debenturista deverá utilizar o mecanismo descrito nesta Cláusula IX com relação a cada Debênture por ele detida até que o valor total destas Debêntures seja igual, inferior (observado o item 9.1.1. acima) ou superior ao valor da conta de fornecimento de energia elétrica faturada, preservando integralmente todos os seus direitos com relação às Debêntures que não foram utilizadas nos termos desta Cláusula IX.

9.1.3. Caso o valor do débito, total ou remanescente (na hipótese prevista no item 9.1.2. acima), seja menor que o valor de uma Debênture, e somente nesta hipótese, os Debenturistas terão a opção de utilizar o mecanismo descrito nesta Cláusula IX com relação a essa Debênture até o valor do débito, preservando integralmente todos os seus direitos com relação ao saldo remanescente dessa Debênture, os quais deverão ser objeto de documento separado, assinado pela Emissora e pelo Debenturista, no qual a Emissora reconhecerá o valor devido e permitirá a compensação desse valor com contas futuras de fornecimento de energia elétrica que venham a ser faturadas pela Emissora contra esse Debenturista.

9.2. Para fins de utilização do Poder Liberatório, os Debenturistas deverão solicitar ao CETIP e à CBLC conforme o caso, mediante comunicação escrita com cópia para o Agente Fiduciário, a transferência, ao Banco Mandatário e Escriturador, das respectivas Debêntures de sua titularidade que estiverem escrituradas junto àquelas instituições, que passará então a ser o único agente escriturador das respectivas Debêntures, devendo o mesmo bloqueá-las para negociação.

9.3. Mediante aplicação dos procedimentos previstos no item 9.1. acima, a Emissora deverá quitar as faturas e contas de consumo recebidas e informar ao Agente Fiduciário o total de Debêntures objeto de dação em pagamento, o nome dos Debenturistas que fizeram uso do Poder Liberatório e as faturas e contas de consumo utilizadas para tanto.

9.4. O Agente Fiduciário será responsável pela centralização das informações encaminhadas pela Emissora, conforme previsto no item 9.3. acima, e deverá consolidar essas informações em relatório que deverá ser enviado ao Banco Mandatário e Escriturador e à Emissora. Com base nessas informações, o Banco Mandatário e Escriturador deverá transferir à Emissora as Debêntures objeto de utilização do Poder Liberatório por parte dos Debenturistas. As Debêntures recebidas pela Emissora como dação em pagamento nos termos desta Cláusula IX deverão ser imediatamente canceladas.

9.5. Observados os procedimentos acima estabelecidos, as instituições autorizadas (nesta data, ou que venham a ser no futuro) a receber o pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica emitidas pela Emissora, conforme convênios de arrecadação celebrados com a Emissora (os “Agentes Arrecadadores”), também poderão utilizar o Poder Liberatório das Debêntures. Assim, os Agentes Arrecadadores poderão utilizar as Debêntures de sua titularidade para liquidar suas obrigações para com a Emissora, decorrentes da obrigação de repasse dos valores referentes ao pagamento de faturas de fornecimento de energia elétrica emitidas pela Emissora, cujas respectivas faturas tenham sido pagas por consumidores da Emissora junto a esses Agentes

Arrecadadores, independentemente desses valores terem sido pagos pelos consumidores em moeda corrente nacional, cheque, ou qualquer outro meio de pagamento.

9.5.1. A Emissora autoriza ainda, de forma irrevogável e irretroatável, as instituições financeiras que sejam (ou venham a ser no futuro) Agentes Arrecadadores, a utilizar o Poder Liberatório das Debêntures por meio de débito dos saldos existentes nas contas-arrecadação da Emissora mantidas junto a essas instituições financeiras, para receber os créditos referentes ao fornecimento de energia elétrica no valor das Debêntures de titularidade dessas instituições financeiras no momento da utilização do Poder Liberatório, sem prejuízo da obrigação de entregar as Debêntures à Emissora conforme estabelecido no item 9.1. acima.

CLÁUSULA X

CONTA RESERVA

10.1. Até o dia seguinte à data de início da colocação das Debêntures, a Emissora obriga-se a constituir e manter até a data da efetiva liquidação da totalidade das Debêntures em circulação, uma conta corrente aberta em Instituição Financeira de Primeira Linha (conforme definido abaixo) (o "Banco Depositário"), mantida em sua titularidade, com movimentação exclusiva pelo Agente Fiduciário e pelo Banco Depositário (este último agindo conforme instruções do Agente Fiduciário) de acordo com os termos e condições estabelecidos nesta Escritura e no Instrumento Particular de Vinculação de Receitas (a "Conta Reserva").

10.1.1. A Emissora deverá, sob pena de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura, nos termos dos itens 4.7.1.1. e 4.7.2. acima, informar ao Agente Fiduciário a instituição financeira na qual a Conta-Reserva foi aberta, além do número da Conta Reserva e da respectiva agência em que é mantida. Essas informações deverão ser fornecidas ao Agente Fiduciário por escrito, no dia útil imediatamente posterior à abertura da Conta Reserva.

10.1.2. A Emissora deverá, ainda, também sob pena de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura, nos termos dos itens 4.7.1.1. e 4.7.2. acima, manter depositado na Conta Reserva, a partir do dia útil imediatamente anterior ao encerramento do Período de Carência e durante toda a vigência da presente Emissão, o Saldo Mínimo (conforme definido abaixo).

10.2. A Emissora não poderá realizar qualquer movimentação dos recursos depositados na Conta Reserva, exceto para a aplicação, ou reaplicação, financeira, conforme o disposto no item 10.3. adiante, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures de ambas as Séries.

10.3. O Agente Fiduciário fica autorizado a determinar que os recursos depositados na Conta Reserva sejam aplicados junto a Instituições Financeiras de Primeira Linha, em Investimentos Permitidos (conforme definido a seguir), desde que a Emissora autorize o Agente Fiduciário a fazê-lo, nos termos do modelo de autorização constante do Anexo IV desta Escritura (a "Autorização") e assuma o risco por eventuais resultados negativos da aplicação obrigando-se a recompor o Saldo Mínimo imediatamente, sob pena de

vencimento antecipado das Debêntures de ambas as Séries. O Agente Fiduciário deverá remeter cópia da Autorização aos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após a realização do Investimento Permitido.

10.4. Na hipótese da Emissora não realizar o pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures de qualquer uma das Séries até às 12:00 horas da data em que tal obrigação for devida, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Depositário, observados os procedimentos constantes da Cláusula IV do Instrumento Particular de Vinculação de Receitas, a utilização dos recursos depositados na Conta Reserva para o imediato pagamento de tais obrigações.

10.5. Caso os valores depositados na Conta Reserva não correspondam, em qualquer data após o Período de Carência, no mínimo, ao Saldo Mínimo, sua recomposição será feita nos termos previstos no Instrumento Particular de Vinculação de Receitas, o que a Emissora, desde a presente data e por esta Escritura, concorda e autoriza.

10.6. A Emissora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário, até a data da efetiva liquidação da totalidade das Debêntures em circulação de ambas as Séries, extratos da Conta Reserva, no dia 5 (cinco) de cada mês e/ou sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, e, quando solicitado, de todas as contas correntes relativas ao recebimento de valores em virtude da prestação, pela Emissora, de serviços de distribuição de energia elétrica.

10.7. Os excessos ao Saldo Mínimo depositados na Conta Reserva, inexistindo inadimplemento de qualquer natureza e estando satisfeitas todas as obrigações da Emissora com relação às Debêntures em circulação de ambas as Séries, poderão ser creditados, mediante autorização por escrito do Agente Fiduciário, a qual não será injustificadamente negada, em outra conta-corrente previamente indicada pela Emissora por escrito ao Agente Fiduciário.

10.8 O Agente Fiduciário fica autorizado, caso ocorra a hipótese prevista no item 10.4 acima ou no caso de vencimento antecipado das Debêntures, a dispor dos recursos depositados junto a Conta Reserva para pagamento das obrigações relativas às Debêntures em circulação, independentemente de qualquer notificação à Emissora, observado o disposto no Instrumento Particular de Vinculação de Receitas.

10.9. A Emissora não poderá ceder, alienar, transferir, vender, alugar, onerar, caucionar, empenhar, nem por qualquer forma negociar o valor correspondente ao Saldo Mínimo ou os investimentos feitos com esses recursos ou os direitos sobre a Conta Reserva, constante da Conta Reserva, sem o prévio e expresso consentimento de todos os Debenturistas de ambas as Séries, sob pena de vencimento antecipado automático das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura.

10.10. A Emissora outorga, neste ato, ao Agente Fiduciário mandato com poderes especiais, de forma irrevogável e irretratável, para os fins do disposto nesta Escritura, e nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, para dispor dos recursos relativos à Conta Reserva estritamente nos termos da presente Escritura e do Instrumento Particular de Vinculação de Receitas, mandato este que permanecerá em pleno vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura.

10.11. Em caso de substituição do Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, fica automaticamente concedido ao novo agente fiduciário mandato nos mesmos termos do outorgado por meio do item 10.10. acima, bem como revogado, automaticamente, os poderes do substituído.

10.12. Para fins desta Cláusula X:

“Instituições Financeiras de Primeira Linha” significa qualquer instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil e que possua um total de ativos superior a R\$35.000.000.000,00 (trinta e cinco bilhões de reais), na data de celebração desta Escritura;

“Investimentos Permitidos” significa fundos de investimento financeiro com carteira de investimento, administrados por Instituições Financeiras de Primeira Linha e constituídas, exclusivamente, por títulos públicos federais de renda fixa (LBC, LFT, BBC, LTN e outros que venham a ser criados pelo Banco Central do Brasil e pelo Tesouro Nacional). As aplicações aqui mencionadas deverão estar de acordo com a legislação vigente e apresentar liquidez necessária a permitir a utilização de tais montantes pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, de modo a assegurar a remuneração máxima dentro dos padrões de risco acordados nos termos desta Escritura e aceitáveis ao Agente Fiduciário.

“Saldo Mínimo” significa o saldo (líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) suficiente para o pagamento das 3 (três) últimas parcelas vencidas relativas às Debêntures de ambas as Séries, incluindo os valores relativos ao principal (Valor Nominal Unitário) e juros (Remuneração).

CLÁUSULA XI

AGENTE FIDUCIÁRIO

11.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

11.2. Substituição

11.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures de ambas as Séries em circulação, ou pela CVM. Na hipótese

da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 11.3.1. abaixo.

11.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

11.2.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e/ou do Agente da Garantia (conforme definido no Contrato de Penhor de Ações) (observado o quorum previsto no item 12.4.6. abaixo com relação à substituição do Agente da Garantia), e à indicação de seus substitutos, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

11.2.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo a mesma ser arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e a substituição do Agente da Garantia deverá ser objeto de aditamento do respectivo Contrato de Penhor de Ações, devendo o mesmo ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

11.2.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou liquidação integral das obrigações da presente Escritura.

11.3. Remuneração do Agente Fiduciário Substituto

11.3.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

11.3.2. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

11.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e dos Documentos de Garantia e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures de qualquer uma das Séries, se for o caso;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário e de forma fundamentada, auditoria extraordinária na Emissora cujos custos deverão ser suportados pela Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 14.1.1. desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - l.5) resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - l.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração, se for o caso;
 - l.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
 - l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - l.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias constituídas em favor dos Debenturistas da presente Emissão;
- m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório, localizado na Av. das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Rio de Janeiro/RJ;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) nas Bolsas de Valores, na CBLC e/ou na CETIP, quando e se for o caso; e
 - m.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures.
- n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m” acima;
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à ANDIMA, à CBLC e à CETIP;

p) ter verificado a regularidade da constituição das garantias relativas a esta Emissão ou outras que vierem a ser constituídas, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;

q) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada conforme previsto nesta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

r) intimar a Emissora a reforçar as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, independentemente do disposto na alínea "r" do item 4.7. acima;

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, inclusive daquelas constantes da Cláusulas VII acima, em periodicidade trimestral;

t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

t.1) à CVM; e

t.2) às Bolsas de Valores, à CBLC e/ou à CETIP, quando e se for o caso;

u) verificar a regularidade do funcionamento do mecanismo de Poder Liberatório, conforme previsto na Cláusula VIII desta Escritura, devendo intimar a Emissora a sanar os problemas eventualmente detectados;

v) verificar a regularidade da constituição da Conta Reserva nos termos da Cláusula X acima, bem como cumprir com suas obrigações decorrentes da constituição dessa Conta Reserva;

x) ter analisado e verificado todos os documentos relacionados a esta Emissão, inclusive os Documentos de Garantia, devendo informar aos Debenturistas qualquer modificação realizada em referidos documentos;

z) verificar a observância pela Emissora, dos limites relacionados à Emissão, previstos no Artigo 60 da Lei das Sociedades Anônimas, em função das garantias reais oferecidas.

11.5. Atribuições Específicas

11.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

- (b) executar, na qualidade de representante dos Debenturistas, as garantias constituídas por meio dos Documentos de Garantia, observadas as disposições dos Documentos de Garantia pertinentes quanto à realização da venda amigável, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas de ambas as Séries; toda e qualquer execução, judicial ou extrajudicial, relativa ao penhor constituído sobre as ações da CENF, que impliquem em transferência do controle acionário da CENF, deverá ser submetida previamente à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme disposto na legislação aplicável e no respectivo contrato de concessão
- (c) requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora;
- (f) firmar, nos termos do item 5.3, acima, os Documentos de Garantia e eventuais aditamentos relativos a esses documentos; e
- (g) informar a Emissora do não atendimento aos limites mínimos previstos para a Conta Vinculada (conforme definido no Instrumento Particular de Vinculação de Receitas) e para a Conta Reserva.

11.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do caput do item 11.5.1, se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures de ambas as Séries em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das Debêntures de ambas as Séries em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do caput do item 11.5.1.

11.6. Remuneração do Agente Fiduciário

11.6.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) parcelas trimestrais no valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida em até 5 (cinco) dias após a data de obtenção do registro desta Emissão junto à CVM e as demais parcelas no mesmo dia dos trimestres subseqüentes, durante o prazo de vigência das Debêntures;
- b) não obstante o disposto na alínea “a” supra, a remuneração do Agente Fiduciário aqui prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja realizando a cobrança de valores devidos pela Emissora em razão da presente Emissão e das Debêntures;

- c) as parcelas referidas na alínea “a” acima serão atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP/M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata temporis* se necessário;
- d) a remuneração do Agente Fiduciário será acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS que venha a incidir sobre referida remuneração, na alíquota vigente nas datas de cada pagamento;
- e) a remuneração do Agente Fiduciário aqui prevista não inclui despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a realização dos respectivos serviços, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, respeitado o previsto no item 11.7. abaixo; e
- f) em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

11.6.2. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

11.7. Despesas

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

11.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

11.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora;
- e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

11.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 11.7.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures de ambas as Séries, preferindo a estas na ordem de pagamento.

11.7.4. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à tal cobrança.

CLÁUSULA XII

ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

12.1. Convocação

12.1.1. Os titulares das Debêntures de ambas as séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (a "Assembléia Geral de Debenturistas"). As deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas serão tomadas em conjunto por ambas as Séries desta Emissão, por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação desta Emissão presentes à respectiva Assembléia, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

12.1.2. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

12.1.3. A Assembléia Geral dos Debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures de ambas as Séries em circulação, ou (iv) pela CVM.

12.1.4. Sem prejuízo do disposto no item 12.4.1. desta Cláusula, a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão convocar representantes do Banco Mandatário e Escriturador, da Emissora e/ou da empresa de auditoria da Emissora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais de Debenturistas, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

12.1.5. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as assembléias e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

12.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

12.1.7. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

12.2. Quorum de Instalação

12.2.1. As Assembléias Gerais de Debenturistas somente se instalarão, em primeira convocação ou segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão.

12.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura serão excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

12.3. Mesa Diretora

12.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do Conselho de Administração da Emissora; ou (iii) ao Debenturista eleito pelos Debenturistas presentes.

12.4. Quorum de Deliberação

12.4.1. Observado o disposto no item 12.1.6. desta Cláusula, a cada Debênture em circulação corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

12.4.2. Nas hipóteses desta Escritura em que for exigido quorum de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, será necessário este mesmo quorum para sua modificação.

12.4.3. Exceto se de outra forma estabelecido de forma expressa nesta Escritura, as deliberações que impliquem alterações de remuneração, de prazo de vencimento das Debêntures ou das garantias das Debêntures, somente serão aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série atingida.

12.4.4. Além do disposto acima, dependerá da prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas a ser realizada para esse fim, a alienação de qualquer bem ou bens imóveis ou móveis que fizerem parte do ativo fixo da Emissora, que tenham valor individual ou total igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto com relação à alienação das ações detidas pela Emissora (i) de forma direta na Teleserv S.A.; e (ii) de forma indireta na Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A., que não necessitará de qualquer aprovação dos Debenturistas. Para fins de cálculo do valor aqui especificado, será utilizado o valor contábil ou de mercado dos bens a serem alienados, dentre esses o maior. Fica desde já estabelecido que a vedação constante deste item permanecerá vigente até a liquidação integral de todas as Debênture de ambas as Séries.

12.4.4.1. Caso a Emissora descumpra com o disposto no item 12.4.4. acima, deverá ocorrer o disposto nos itens 4.7.1.1. e 4.7.2. acima.

12.4.5. A aprovação do exercício do direito de voto das matérias previstas na Cláusula Terceira do Contrato de Penhor de Ações dependerá dos votos favoráveis de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão.

12.4.6. Dependerá ainda da prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas a ser realizada para esse fim, a substituição do Agente da Garantia (conforme definido no Contrato de Penhor de Ações). Esta substituição dependerá de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da presente Emissão.

CLÁUSULA XIII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

13.1. O Agente Fiduciário declara à Emissora que:

- (a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações e Artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, aceitando a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário, sendo que desde já aceita integralmente suas obrigações;
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) está ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil;
- (f) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (g) teve acesso, analisou e verificou todos os documentos relacionados a esta Emissão, inclusive aos Documentos de Garantia;
- (h) verificou a regularidade da constituição das garantias relativas a esta Emissão, o valor dos bens dados em garantia com relação aos penhores e a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade; e
- (i) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura.

13.2. A Emissora declara ao Agente Fiduciário que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Documentos de Garantia de que é parte e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e dos Documentos de Garantia, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou qualquer uma de suas controladas (diretas ou indiretas) sejam parte, nem poderá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de

qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de suas controladas (diretas ou indiretas), exceto pelos ônus e gravames descritos nesta Escritura; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(d) a presente Escritura e os Documentos de Garantia de que é parte foram devidamente celebrados pela Emissora, constituindo obrigações lícitas e válidas, exeqüíveis contra ela em conformidade com seus termos, observadas as leis de falência, insolvência, concordata e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;

(e) o prospecto definitivo de oferta das Debêntures (o “Prospecto”) conterà, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora ou suas controladoras e controladas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas controladoras e controladas, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora ou suas controladoras e controladas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões e análises expressas no Prospecto em relação à Emissora ou suas controladoras e controladas foram dadas de boa-fé, sendo expressas após terem sido consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à Emissora, às suas controladoras e controladas ou às Debêntures não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto da colocação pública das Debêntures, faça com que alguma declaração relevante constante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora e por suas controladoras e controladas para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto em relação à Emissora e suas controladoras e controladas são verdadeiros;

(f) a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2000, 2001 e 2002 de 31 de março de 2002 e 2003, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) tanto a Emissora quanto suas controladas (diretas ou indiretas) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto (especialmente na Seção “Pendências Judiciais”), não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas (diretas ou indiretas), em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e

(j) as vinculações de receitas e penhor de direitos creditórios a que a Emissora e/ou as suas Controladas Relevantes distribuidoras de energia elétrica estão sujeitas, inclusive em decorrência da presente Emissão, não comprometem a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica realizados por essas empresas.

13.3. Cada uma das sociedades ITACATU e GIPAR declara, ao Agente Fiduciário, que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e assumir as obrigações dela decorrentes, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários ou contratuais necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e dos Documentos de Garantia, e a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) a presente Escritura e os Documentos de Garantia foram devidamente celebrados, constituindo obrigações lícitas e válidas, exequíveis em conformidade com seus termos, observadas as leis de falência, insolvência, concordata e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil; e
- (e) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra qualquer uma delas que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou total igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; e (ii) dívida vencida, não refinanciada e não paga de responsabilidade de qualquer uma delas de valor unitário ou total igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura.

CLÁUSULA XIV **DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Das Comunicações

14.1.1. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos jornais “Minas Gerais” e “Gazeta Mercantil”, edição nacional, exceção feita aos anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados apenas no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark

14.1.2. Notificações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

EMISSORA:

Nome: Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina
Endereço: Av. Presidente Vargas, 463 – 4º andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20086-900
Atenção/Cargo: Maurício Perez Botelho - Diretor Administrativo e Financeiro e de
Relação com Investidores
Telefone: (21) 2122-6900
Fac-símile: (21) 2122-6931

AGENTE FIDUCIÁRIO:

Nome: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Endereço: Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22.640-100
Atenção/Cargo: Sr. Juarez Dias Costa – Sócio Diretor
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746

BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR:

Nome: Banco Itaú S.A.
Endereço: Rua Boa Vista, 185 – 4º andar, São Paulo - SP - CEP: 01014-000
Atenção/Cargo: José Ildefonso Nieri
Telefone: (11) 3247-1915/3247-1906
Fac-símile: (11) 3247-1917

BANCO DEPOSITÁRIO:

Nome: Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Endereço: Av. Eusébio Matoso no. 891, 18º andar
São Paulo – SP, CEP: 05423-901
Atenção de: Júlio Inglez de Sousa
Fax: : (11) 3097-4127
Telefone: (11) 3097-4396

GIPAR:

Nome: GIPAR S.A.
Endereço: Av. Presidente Vargas, 463 – 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20086-900
Atenção/Cargo: Ivan Muller Botelho - Diretor
Telefone: (21) 2122-6900
Fac-símile: (21) 2122-6931

ITACATU:

Nome: ITACATU S.A.
Endereço: Av. Presidente Vargas, 463 – 4º andar
Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20086-900
Atenção/Cargo: Ivan Muller Botelho - Diretor
Telefone: (21) 2122-6900
Fac-símile: (21) 2122-6931

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

14.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.4. Modificações Durante o Prazo de Distribuição das Debêntures

Não poderá ser realizada qualquer modificação nas condições ou características das Debêntures de ambas as Séries durante o prazo de colocação desses títulos.

14.5. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores nela referidos em moeda corrente nacional deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP/M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura.

14.6. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos relacionados ao registro desta Escritura no competente registro de comércio, bem como as despesas referentes aos registros do Contrato de Penhor de Ações e do Instrumento Particular de Vinculação de Receitas nos cartórios de registro de títulos e documentos serão incorridos exclusivamente pela Emissora.

14.7. Revogação e Substituição

Esta Escritura revoga e substitui integralmente as disposições constantes da “Escritura Particular da 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Flutuante, da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina”, firmada entre as partes em 16 de maio de 2003.

14.8. Foro

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2003.

[Esta Página é parte integrante da "Escritura Particular da 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Flutuante, da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina", firmada em 21 de julho de 2003.]

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES LEOPOLDINA

2º. Ofício de Notas
Cataguazes - MG

Nome: **Maurício Perez Botelho**
Cargo: **Diretor Financeiro**

2º. Ofício de Notas
Cataguazes - MG

Nome: **Cláudio Brandão Silveira**
Cargo: **Finanças Corporativas**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Nome: **Helan de Oliveira Thomas**
Cargo: **Procuradora**

Nome: _____
Cargo: _____

GIPAR S.A.

Nome: **Maurício Perez Botelho**
Cargo: **Diretor Financeiro**

Nome: **Cláudio Brandão Silveira**
Cargo: **Finanças Corporativas**

ITACATU S.A.

Nome: **Maurício Perez Botelho**
Cargo: **Procurador**

Nome: **Cláudio Brandão Silveira**
Cargo: **Finanças Corporativas**

Testemunhas:

Nome: **Cristina Soares de Sá**
CPF: **14.657.140-9 - SSP/SP**
142.354.348-46

Nome: **Alessandra Ramos Maria**
CPF: **RG 27.744.524-3 - SSP/SP**
CPF 259.905.728-08

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 05/08/2003
SOB O NÚMERO: ED000012-4/000
#COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES L#
#LEOPOLDINA#
Protocolo: 038072131
HELIO EUSTÁQUIO RACLET JUNQUEIRA
SECRETÁRIO GERAL